

Declaração Política – Poder Local

Plenário de Março de 2010

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Poder Local, como hoje o entendemos, é uma conquista do Portugal democrático, que permitiu aos portugueses elegerem os seus mais directos representantes políticos, mas é, também, a materialização prática da Autonomia Regional, que cedo entendeu a importância das autarquias para a satisfação das aspirações e necessidades das populações de cada uma das ilhas.

Por essa razão, o Poder Local, no rosto dos seus eleitos, merece o respeito de todos os outros órgãos de poder, nunca se devendo confundir a árvore com a floresta e resistindo sempre à tentação de minorar quem, todos os dias e com poucos recursos, opera verdadeiros milagres de gestão pública.

É com base neste entendimento que o Grupo Parlamentar do PS não pode concordar com as recentes declarações do senhor ministro das Finanças, que considera infelizes, por desrespeitarem a Autonomia dos Açores e os seus Autarcas.

Mas mais importante do que as declarações, são os comportamentos. Também aqui o Grupo Parlamentar do PS/Açores fez questão de defender os Açores, como é seu timbre, na recente questão da transferência das verbas do IRS para as Câmaras Municipais da Região Autónoma.

O facto de se tratar de um dos melhores ministros do Governo da República não é suficiente para encobrirmos o nosso descontentamento com a posição por este recentemente assumida.

Isto mesmo foi manifestado pelo PS/Açores, em várias ocasiões, inclusivamente nesta casa, mas também na Assembleia da República, onde os três deputados socialistas eleitos pelos Açores – Ricardo Rodrigues, Fagundes Duarte e Luísa Santos – nunca tiveram dúvidas sobre o seu sentido de voto à proposta em causa de alteração ao Orçamento de Estado.

Esta é uma diferença de fundo. Quando estão em causa os interesses dos Açores, o PS nunca tem dúvidas, nem receios. Quando estão em jogo as justas reivindicações açorianas, o voto do PS não olha à cor partidária dos proponentes que as permitem satisfazer.

A nossa opção clara é pelos Açores. O PS/Açores não usa os Açores como moeda de troca de interesses partidários, não baixa a cabeça e faz frente a quem não entender este desígnio superior.

É por isso que, mais uma vez, nos orgulhamos da prestação dos três deputados que os açorianos elegeram à Assembleia da República. E é por isso, também, que sentimos que os açorianos estão satisfeitos com os representantes do PS que escolheram para este órgão de soberania.

Mas estamos orgulhosos por mais uma razão. Pela forma como a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores – pela primeira vez liderada por um socialista – soube defender esta causa.

Sem demagogias, nem posições extremas, mas com um trabalho árduo, fundamentado e sereno, através de encontros com os diversos partidos na Assembleia da República, o que garantiu o necessário capital de responsabilidade que a situação exigia.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Fica, assim, provado que este é o comportamento correcto quando estão em jogo os interesses dos Açores, que rejeita a demagogia, os cenários fictícios e catastróficos e a irresponsabilidade política, que, mais tarde ou mais cedo, é desmascarada.

E chegou o momento de, mais uma vez, desmascarar quem não sabe fazer política de outra forma que não seja a de jogar com a confusão, muitas vezes para esconder a sua falta de capacidade técnica, ou, porventura, simplesmente para gerar vendavais políticos. Mas, como diz o povo, quem semeia ventos, colhe tempestades.

Aquando da revisão da Lei de Finanças Locais, a então presidente da Associação de Municípios dos Açores bradava, para quem a queria ouvir, que as autarquias açorianas iriam, a partir de 2009, fechar as portas, por reduções das verbas da República.

“Corvo, Nordeste, Santa Cruz e Lajes das Flores, Graciosa, São Jorge e Pico serão dos municípios mais penalizados, com alguns deles a verem reduzidas as suas transferências em 50 por cento, ao longo de vários anos, a partir de 2009”.

Acabei de citar o cenário de catástrofe anunciado pela ex-presidente da AMRAA a 08 de Janeiro de 2007, num jornal açoriano, uma posição em que insisti durante meses a fio, apesar das tentativas do PS para a chamar à razão, sem sucesso, admito.

Também neste caso, o PSD devia ter ouvido o PS.

Se o tivesse feito, não precisava, agora, de ouvir dizer que estavam errados, que foram catastróficos, que enganaram os açorianos, que desestabilizaram os autarcas, que foram irresponsáveis na forma como abordaram este assunto.

Não precisava de ouvir que, afinal, as verbas para as autarquias açorianas vão aumentar este ano, no âmbito do Orçamento de Estado, recentemente aprovado na Assembleia da República.

Não precisava de ouvir que as Câmaras Municipais dos Açores, no global, vão ver as transferências aumentar cinco por cento. Conclusão: Não só não se verificam as reduções anunciadas, como se registam aumentos para todas as autarquias, mesmo acima da inflação esperada e em contra-ciclo com as medidas de contenção previstas a nível nacional.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

É fundamental que as Autarquias recebam, do Estado, tudo aquilo que a lei lhes confere. Não se trata de um favor, nem de uma questão de solidariedade.

Mas é, também, necessário que estas mesmas Autarquias sejam responsáveis na sua gestão. Que analisem, com fundamentação técnica, quais os investimentos a desenvolver, qual a sua capacidade reprodutiva, que dimensão devem ter e qual a sua importância para resolver os reais problemas dos seus municípios.

O PS/Açores está preocupado com a incapacidade de algumas Autarquias em assumirem os seus compromissos com empresas fornecedoras, muitas vezes devido a uma má gestão continuada e a opções de investimento, no mínimo, discutíveis ou mesmo mal discutidas.

Esta situação assume uma redobrada importância numa altura em que as empresas – algumas das quais têm nas Autarquias os seus principais clientes – necessitam rapidamente de liquidez, para fazer face a uma conjuntura adversa.

Se é verdade que nos preocupa sobremaneira a situação das pequenas e médias empresas de implantação regional, não é menos verdade que pela natureza das suas obras, estas dependem mais das autarquias do que propriamente do Governo Regional.

Este é assim um problema real que urge resolver.

E é por isso que o PS/Açores, através do seu Secretariado, propôs que o Governo dos Açores criasse um mecanismo de apoio às empresas açorianas que estão em dificuldades pela falta de pagamento por parte das Câmaras Municipais.

Que fique bem claro! Não se trata de resolver os problemas das Autarquias.

Trata-se, sim, de dar resposta útil ao elo mais fraco desta corrente: as empresas, muitas de pequena dimensão, que passarão a dispor de uma solução que minimize os impactos financeiros destas dívidas na estrutura financeira e empresarial regional.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Termino esta declaração política com uma homenagem aos milhares de autarcas açorianos, que dão corpo e rosto a uma das facetas mais nobres da democracia: o Poder Local.

Estou convicto que, neste momento de conjuntura económica e social difícil, as autarquias locais dos Açores saberão responder às solicitações acrescidas que lhes são, diariamente, colocadas.

Um objectivo que será mais facilmente concretizado com um comportamento responsável, com o entendimento que é mais fácil colaborar do que dividir, que é mais útil cooperar do que isolar.

O Governo dos Açores já deu provas, e continua a dar, que este é o seu entendimento, as autarquias têm novos executivos saídos de eleições recentes e programas e investimentos em carteira.

Mais importante do que discutir a crise é encontrar todos os mecanismos que permitam respostas adequadas às situações concretas. E a verdade é que não basta que o Governo continue a pagar a tempo e horas e a apoiar as empresas. É, também, fundamental que as autarquias cumpram as suas responsabilidades.

Estes tempos exigem que todos se unam no mesmo objectivo comum: O desenvolvimento dos Açores. Se assim for, terão o justo reconhecimento dos açorianos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Março de 2010.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista
na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Hélder Marques da Silva